

Mulheres sem terra no surgimento do MST na Bahia (1987-89)

Leonardo Dantas D'Icarahy (UFBA)¹

Resumo

Este artigo trata da história de vida de cinco mulheres sem terra do MST que participaram do período de surgimento e estabelecimento deste movimento social na Bahia, na região extremo sul, entre os anos de 1987 e 1989. Procuramos articular suas trajetórias, acessadas a partir de depoimentos orais, à história deste movimento social. Atentamos para o papel delas na decisão de suas famílias de ocupar uma terra e nas estratégias utilizadas para sobreviver no acampamento. Sem negligenciar as hierarquias de poder das relações de gênero dentro deste movimento social, captamos a sua participação política, convidando famílias para ocupações, organizando reuniões, enfrentando violências e mesmo o encarceramento. Assim, é nosso intuito mostrar o protagonismo dessas mulheres nesta fase inicial do MST no estado baiano.

Palavras-chave: MST; Mulheres; luta pela terra.

Introdução

Para fins analíticos, considera-se que uma das características dos camponeses é a sua economia de base familiar (MOTTA & ZARTH, 2008). Uma das particularidades da luta do MST, por sua vez, é o fato de envolver igualmente toda a família. Mulheres, homens, jovens, crianças e idosos, todos podem assumir o protagonismo de algum modo (STÉDILE & FERNANDES, 2005). As relações familiares têm grande peso na decisão de entrar para um movimento social de luta pela terra, seja impondo resistências ou sendo o incentivo que faltava. Ademais, a partir do seio familiar se constroem estratégias para se resistir no período de acampamento.²

Para Renata Gonçalves, os períodos da ocupação e acampamento são os de maior atuação das mulheres, onde, muitas vezes, ficaram na linha de frente nos enfrentamentos com jagunços e policiais (GONÇALVES, 2009). A década de 1980, período que iremos tratar, marca uma inflexão na participação política das mulheres no interior dos movimentos sociais do campo. Embora, haja importante presença feminina anteriormente, a partir de então, começam a ocorrer os primeiros encontros de mulheres trabalhadoras rurais para debater os problemas que lhe são específicos (CARNEIRO, 1994). A maior parte de suas reivindicações,

¹ Discente vinculado ao Programa de Pós-Graduação de História da UFBA. Realiza uma pesquisa de mestrado sobre a luta pela terra das trabalhadoras e trabalhadores rurais do extremo sul da Bahia e o surgimento do MST no estado, entre os anos de 1975 e 1989.

² Acampamento é a fase que vai da ocupação de terra por um movimento social à desapropriação da mesma em favor das famílias ou do despejo delas. Assentamento é a área desapropriada em benefício das trabalhadoras e trabalhadores, geralmente, organizados em uma associação.

na época, giravam em torno da sindicalização, documentação, direitos previdenciários e participação política (SALES, 2007). Em relação ao MST, na segunda metade da década de 1980, é possível ver, em relatórios produzidos por sua direção nacional, avaliações que consideravam como insuficiente a participação feminina nos espaços decisórios (SILVA, 2004). Se com o passar dos anos a situação foi melhorando, certamente, foi devido a atuação e intervenção das mulheres.

Este artigo que apresentamos é o resultado parcial de uma pesquisa de mestrado sobre o surgimento do MST na Bahia e a luta das trabalhadoras e trabalhadores. Trata-se, ao mesmo tempo, de uma história do movimento social e das pessoas que o compõem. Uma das questões que nos inquietou, ao longo da pesquisa, foi qual a motivação dessas pessoas em entrar no movimento social de luta pela terra. Em seus depoimentos, o desejo de ter um pedaço de terra apareceu com frequência.

No entanto, a decisão de ocupar uma terra e permanecer acampada ou acampado possui uma série de consequências. Percebemos, como notou Gonçalves, que a presença das mulheres nestes períodos foi crucial e para além das situações que envolviam enfrentamentos (GONÇALVES, 2009). Nesse sentido, tivemos oportunidade de entrevistar mulheres, trabalhadoras rurais, cuja prática social aponta para um decisivo protagonismo feminino.

A respeito do conceito de gênero, recorremos à Rachel Soihet e Joana Maria Pedro para quem se deve dar ênfase especialmente ao caráter social e cultural das diferenças baseadas no sexo, tendo em vista as relações de poder entre homens e mulheres (SOIHET & PEDRO, 2007). Complementando o raciocínio, por estarmos tratando de mulheres trabalhadoras rurais, buscamos compreendê-las a partir da interseção dos fatores de gênero e da classe social que fazem parte, como sugerido por Carneiro (CARNEIRO, 1994).

De E. P. Thompson utilizamos a noção de classe enquanto fenômeno histórico, que se autoforma, ao mesmo tempo em que, é formada pelos fatores históricos. Isto implica em perceber as trabalhadoras atuando enquanto *sujeitas* mesmo em condições determinadas (THOMPSON, 2004). Consideramos igualmente importante a noção de *experiência* do historiador britânico, que seria a mediadora do *ser social* e da *consciência social* (THOMPSON, 1981).

O intuito deste artigo é trazer à tona a história de vida de cinco mulheres sem terra, D. Maria Soares, D. Luza, D. Eulália, D. Lia e D. Neuza, articuladas à história do surgimento

e estabelecimento do MST na Bahia. A delimitação espacial é a região extremo sul da Bahia³ (SEI, 2010). Já os marcos temporais são os anos de 1987 – primeira ocupação do MST- e 1989, ano em que é possível dizer que o Movimento⁴ constituiu bases mais sólidas no estado baiano. De todo modo, cabe colocar que essa delimitação serve mais para pensar a história do movimento social. As histórias de vida dessas mulheres não cabem dentro desses limites.

Em relação ao surgimento do MST enquanto movimento nacional, há consenso na bibliografia que acessamos no que diz respeito ao conjunto de fatores que propiciaram tal fenômeno. Em geral, destaca-se: I. a atuação social da igreja e do sindicalismo rural e urbano; II. a política agrária do regime militar, que teve entre outras consequências, a concentração da propriedade da terra, o aumento da grilagem e dos conflitos sociais; III. a conjuntura da luta pela redemocratização no país (FERNANDES 1999; SIGAUD, 2005; GRYSZPAN, 2003).

Para acessar a história de vida dessas mulheres, realizamos entrevistas nas comunidades onde moram. Como propõe Pollack, estamos entendendo a história oral como a própria história de vida das pessoas (POLLACK, 1992) e como uma metodologia da disciplina História (FERREIRA & AMADO, 2006). Consideramos este método como privilegiado para acessar as experiências de vidas dos grupos “esquecidos pela história” (BECKER, 2006), como as mulheres trabalhadoras.

É preciso expor ainda que a matéria-prima da história oral é a memória e esta tem como uma de suas características ser construída ao sabor das preocupações do presente, seja de caráter pessoal ou político (POLLACK, 1992). Em geral, nesse processo, a pessoa que está sendo entrevistada procura “estabelecer certa coerência por meio de laços lógicos entre acontecimentos chaves [...], e de uma continuidade, resultante de uma ordenação lógica.” (POLLACK, 1989, p. 13). Coloca igualmente este autor que a memória é um componente que constitui o sentimento de identidade, seja individual ou coletiva (POLLACK, 1992).

Em termos de fontes orais utilizamos cinco depoimentos das mulheres sem terra, um depoimento do militante do MST, Ademar Bogo, especialmente para as questões da história do movimento social, e uma entrevista com o agente pastoral, Celso Favero. As fontes escritas de que nos valem foram oriundas de pesquisa nos arquivos da Diocese Teixeira de Freitas/Caravelas – Ba, no Centro de Documentação Dom Tomás Balduino da CPT Nacional (virtual) e Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

³ A base para definir a região é o que hoje se considera o território de identidade Extremo Sul.

⁴ Utilizaremos a denominação “Movimento” para nos referirmos ao MST, assim como suas integrantes o fazem.

O Rebento

Na noite do dia 6 de setembro de 1987, D. Maria Soares organizava sua bagagem, iria participar de uma ocupação pelo MST, a primeira no estado baiano. Nessa hora, seu marido chegou do trabalho e percebendo a movimentação da esposa a indagou: “Pra onde cê vai?!”.⁵ Respondeu, D. Maria: “Eu vou pra terra, eu vou pra uma terra por ai afora”.⁶ Seu marido, então, disse: “Você tá doida, mulher!”⁷.

Nossa primeira personagem, D. Maria Soares, nasceu na zona rural no município de Jacinto em Minas Gerais, próximo aos atuais municípios de Guaratinga e Eunápolis - Bahia. Em sua memória, apareceu a dureza das condições de vida de quem desde criança teve que trabalhar: “A vida da gente era assim trabalhar e levar pra rua⁸ pra vender”.⁹ Mas pondera um elemento: “a gente tinha terra”.¹⁰ Embora valorize o fato de sua família ter sua própria terra, esse tempo não é romantizado por D. Maria, que relata a dificuldade que enfrentavam.

Em Jacinto passou a infância, juventude e conheceu seu marido. Foi morar com ele na roça do sogro, que, em dado momento, resolveu partir para a Bahia. O pai de seu companheiro não queria que o filho ficasse em Minas Gerais e convenceu o casal a ir junto. Com o dinheiro da venda de sua propriedade, o sogro comprou outra terra na região de Guaratinga/Ba, porém ela era de má qualidade. Percebendo que não tiraria mais o sustento da família no trabalho com a nova terra, D. Maria e o seu marido migraram para Itabela, provavelmente na primeira metade da década de 1970. A esta altura, eles já tinham quatro filhos e a situação era dura: “Falei: ‘Meu Deus’! Pra Itabela com Deus na frente e os fio na mão. Que não tinha mais nada, a gente não tinha nada, nada, nada...”.¹¹

Os seis primeiros meses, em Itabela, foram árduos, “Nós só faltava trabalhar de dia e de noite pra poder dar conta dos filho”.¹² Com o tempo, o marido dela se empregou numa serraria e ela virou trabalhadora doméstica. Lembra D. Maria, que nunca gostou de morar na cidade. Aos domingos, que seria hora de seu descanso, ela pedia a fazendeiros que lhes cedessem um pedaço de terra para plantar: “Só mode eu envolver no domingo, pra eu não

⁵ Entrevista com D. Maria Soares, realizada em 04/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

⁶ *Ibidem.*

⁷ *Ibidem.*

⁸ Rua para as trabalhadoras rurais da época significa a zona urbana.

⁹ Entrevista com D. Maria Soares, realizada em 04/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

¹⁰ *Ibidem.*

¹¹ *Ibidem.*

¹² *Ibidem.*

ficar na rua, que eu nunca gostei de rua.”¹³ Dizia para o marido que um dia moraria na roça novamente na Bahia ou em Minas Gerais.¹⁴

Quando começaram as primeiras reuniões do MST em Itamaraju, Maria ficou sabendo e falou para os filhos: “Ah, eu vou lá. Pra ganhar terra, eu vou lá”.¹⁵ Eles estranharam a disposição da mãe. Seu marido não estava por casa, passava uns dias fora à trabalho. Até que soube que aconteceria uma reunião em Itamaraju em um Domingo e foi. Participou dela e saiu com a incumbência de organizar pessoas em Itabela para entrar no MST, como relatou:

Cheguei lá, participei de uma reunião. Na hora de eu sair, eles já me deram um trabalho em Itabela.

Falou: ‘Você vai trabalhar mais nós, você vai fazer reunião lá em Itabela’.

Eu falei: ‘Mas como vai fazer essa reunião? Eu não sei de nada’.

Eles: ‘Nós vamos ensinar a você aqui como é que faz’.

Hei, cheguei lá em Itabela, botei pocando... [risos].¹⁶

A partir de então, D. Maria se tornou uma militante do MST e foi uma das responsáveis por convidar famílias de Itabela para conhecer o Movimento e ocupar uma terra. Percebe-se, na narrativa de D. Maria, a intenção de demonstrar uma relação lógica entre a sua trajetória pregressa ao MST, em que nasceu como possuidora de terra, mas que, em seguida, foi obrigada a morar na cidade, e a sua decisão de entrar no Movimento. A mediação entre esses dois momentos de sua vida foi o seu desejo de possuir uma terra.

O seu marido não gostou de saber da participação dela na preparação de ocupações de terra, disse que a mulher havia ficado doida de vez. Ele trabalhava em uma serraria há catorze anos e já tinha virado uma espécie de encarregado do patrão, Seu Ilmo, que, quando precisava se ausentar, deixava a pequena fábrica sob seus cuidados. Além disso, a filha mais velha do casal era trabalhadora doméstica na casa de Seu Ilmo. Segundo D. Maria Soares, ele tinha confiança total na família. Porém, ao saber da participação dela no Movimento, ficou contrariado, como narrou D. Maria:

O patrão falou: ‘Olha, eu acreditava demais em você. Agora perdi a confiança que você endoidou’.

Eu falei: ‘Seu Ilmo, eu endoidei e quando passar essa doideira minha, a primeira [terra] que vamo ocupar é a sua’.¹⁷

¹³ Entrevista com D. Maria Soares, realizada em 04/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

¹⁴ *Ibidem.*

¹⁵ *Ibidem.*

¹⁶ *Ibidem.*

¹⁷ *Ibidem.*

Na sua decisão de entrar para o MST e ocupar uma terra, Maria foi chamada de doida pelo marido e pelo patrão, a prática machista ultrapassava as fronteiras das classes sociais. A esta altura seu mundo estava de ponta a cabeça. Já não achava que devia algum gesto de deferência ao patrão que queria se intrometer nas suas decisões. Já se via de lado oposto a ele, que possivelmente também era proprietário de terra. De uma só vez, sua atitude rompia as hierarquias impostas pelas relações de gênero e classe.

A perseverante Maria convenceria seu marido a acompanhá-la. Na mesma noite do dia 6 de setembro, ele decidiu ir para a terra com ela. Levaram seu filho do meio. A filha mais velha também acompanhou o casal para conhecer o caminho, caso acontecesse algo com eles, ela poderia buscar o irmão. D. Maria sabia dos perigos de ocupar uma terra.¹⁸

D. Luza, nossa outra personagem, nasceu na zona urbana de Itabuna. Mas, saiu de lá, aos quatro anos de idade, para morar em Canavieiras. Aos sete, mudou-se para um povoado chamado Novo Horizonte, na época município de Porto Seguro. Seu pai era tropeiro e quando ela estava com cerca de dez anos, resolveu vender seus animais e comprar uma pequena propriedade rural. Nesta idade, ela já ajudava a família no plantio de cacau e café. Posteriormente casou-se com um homem que morava próximo à roça de seu pai aos vinte anos, na virada da década de 1960 para 1970.¹⁹

Moraram na zona rural por pouco mais de dez anos, até que, em 1981, resolveram migrar para um povoado próximo à Itamaraju, Vila União.²⁰ Os motivos para sair da roça foram que seu marido preferia trabalhar com comércio e seus filhos precisavam ir para a escola. Em 1985, ela se separou do marido, que partiu e a deixou com a responsabilidade de criar cinco filhos.²¹ Esse é um dos fatos marcantes em sua trajetória. Ter sido uma mulher desquitada em uma sociedade machista e tendo os filhos sob sua responsabilidade foi um grande desafio. Em um dos momentos da entrevista, D. Luza narrou um diálogo com um padre em que este mencionou sua condição com um tom de inferiorização, disse: “A senhora pode falar a palavra [de Deus]. A senhora é uma mulher separada, mas a senhora é uma mulher sincera.”

Em 1987, um grupo de três militantes chegou ao povoado de D. Luza para convidar famílias de trabalhadoras e trabalhadores rurais para conhecer o MST. Um deles era Pedro dos Anjos, na época presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itamaraju. Juntamente

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ Entrevista com D. Luza, realizada em 06/01/2016, no Assentamento Projeto 4045.

²⁰ Atualmente, o povoado pertence a Itamaraju.

²¹ Entrevista com D. Luza, realizada em 06/01/2016, no Assentamento Projeto 4045.

com outros sindicalistas da região, ligado à CUT, formaram a primeira Coordenação Estadual do MST na Bahia. Em geral, para se estabelecer nos territórios o MST contou com o apoio de organismos da Igreja Católica e do movimento sindical dos trabalhadores rurais. Além de contribuir fornecendo estrutura física para as atividades, os sindicatos e a Igreja apresentavam os militantes do Movimento às trabalhadoras e trabalhadores rurais, dando, de algum modo, o indispensável aval de confiabilidade aos mesmos (SIGAUD, 2010).

Ademar Bogo e Jaime Amorim eram do MST de Santa Catarina. Na ocasião de sua fundação institucional, no I Encontro ocorrido em janeiro de 1984, o Movimento estava organizado somente nos três estados da região sul do Brasil, em São Paulo e Mato Grosso do Sul. Um dos objetivos era tornar-se um movimento social de amplitude nacional, por isso ficou decidido que os estados mais estruturados cederiam militantes para os menos, especialmente os do nordeste (FERNANDES, 1999).

Por isso, Bogo e Jaime estavam na Bahia, o estado seria o ponto de partida para o estabelecimento do MST na região nordeste. O objetivo inicial, na Bahia, foi construir uma rede de aliados e apoiadores locais, a partir do movimento sindical e das entidades da Igreja Católica.²² Em seguida, partir para o que o MST chama de trabalho de base, que consiste em convidar famílias para reuniões, onde se debatiam temas relativos à reforma agrária e ao movimento social, bem como se preparavam as ocupações de terra (FERNANDES, 1999, p. 77-8; SIGAUD, 2010, p. 284).

Esse era o intuito dos militantes no povoado de D. Luza. Eles queriam estabelecer um contato com uma pessoa conhecida para que essa convidasse outras famílias para participar das reuniões. Foram ao povoado de D. Luza e os moradores a indicaram. Os militantes foram ao seu encontro. Ficou acertado que ela seria um contato na área e que chamaria as pessoas para uma reunião com o MST. Nessa época, aconteceram alguns encontros de periodicidade quinzenal no povoado.²³

Com o desenrolar das reuniões em Vila União, D. Luza vinha sendo informada que a ocupação estava próxima, mas não sabia exatamente o dia e nem onde seria. Só um grupo muito restrito de militantes tinham essas informações, pois se vazadas, poderiam comprometer todo o trabalho de base. Dois meses depois do primeiro contato, chegaram

²² Entrevista com Ademar Bogo, realizada em 11/01/2016, na cidade de Teixeira de Freitas.

²³ Entrevista com D. Luza, realizada em 06/01/2016, no Assentamento Projeto 4045.

algumas pessoas na sua comunidade e disseram que aquele seria o dia da ocupação. Pediram que ela avisasse às famílias que à noite o caminhão passaria para pegá-las.²⁴

Confessou D. Luza, que ficou em dúvida se iria ou não. Ela tinha um emprego, trabalhava como zeladora em uma escola. Estava com medo de largá-lo para ir à uma terra que não sabia se seria sua ou não. Afinal, era a primeira ocupação do MST na região e não se sabia se daria certo. A vontade dos filhos, que tinham nascido na zona rural, de ter uma terra a convenceu. Ela relatou o diálogo que tiveram:

Meus meninos, o mais velho já tinha dezesseis anos, o Zé. Os outros estavam de treze, de doze, de onze, de dez e de oito, que era Márcia, de oito anos. Cinco, cinco adolescentes.

Aí eu: ‘E as escolas agora, meu filho?’.

Eles: ‘Não, lá nós estuda, nós vai estudar lá’.

Eu falei: ‘Tá bom’.

Tudo queria vim. Começou criado na roça, né. Não acostudou na rua nunca.²⁵

D. Luza fez questão de frisar a importância dos filhos em sua decisão de ir para a terra. Afinal, era com eles que compunha seu núcleo familiar. Tomou a decisão de ir, mas com precaução. Pediu uns dias de afastamento na escola e arrumou uma pessoa de confiança para ficar no seu lugar. Se a terra não desse certo, voltaria para o emprego que garantia o sustento da família.

Na noite preparatória da ocupação, D. Eulália, nossa terceira personagem, ficou em oração, junto com várias famílias, em um salão de uma Comunidade Eclesial de Base da periferia de Itabela. Em meados da década de 1980, ela participava de atividades desta CEB junto com um grupo de freiras.²⁶ Através de uma amiga, que morava com as irmãs, ficou sabendo que estava chegando um movimento de ocupação de terras, que faria uma reunião na cidade.²⁷

D. Eulália, é natural do município de Guaratinga. Nasceu e foi criada na roça de seu pai. Casou-se ao dezoito e, cinco anos depois, foi morar na cidade de Itabela. Ela passou a trabalhar em uma loja e seu marido na roça do sogro. Mesmo morando na cidade e com esse emprego, contou: “A gente tinha vontade de ter uma terra da gente também.”²⁸ Antes da

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ Na região extremo sul, haviam várias Comunidades Eclesiais de Base que se disseminaram pelo estímulo dado pelo Bispo Dom Filipe e pela equipe de Pastoral, que contava com padres, freiras e leigos, desde meados dos anos 1970. Cf. Entrevista com Celso Favero, realizada em 16/10/2016, na sede do CEAS em Salvador.

²⁷ Entrevista com D. Eulália, realizada em 04/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

²⁸ *Ibidem*.

primeira reunião que participou em Itabela, ela teve uma conversa com um militante do MST, Toinzinho. Assim relatou o diálogo que tiveram:

Toinzinho: ‘Oí, tá tendo uma ocupação de terra num tal lugar que eu não sei aonde que é. Como a senhora tem vontade de ter um pedaço de terra, acho que agora é a sua chance’.

Ele me convidou, assim, com aquela segurança.

Toinzinho: ‘Se a senhora perder essa chance agora, a senhora não vai ter outra chance nunca’. [...].

E eu falei: - ‘Não vai ter esse problema de conflito, de polícia, despejo’.

Ele falou: - ‘Não. Não vai ter porque é uma terra já desapropriada.’.²⁹

O medo de um conflito com as forças policiais ou com pistoleiros contratados por fazendeiros devia ser um sentimento presente em várias trabalhadoras. Por outro lado, os militantes do MST deviam argumentar que a terra estava desapropriada para aumentar a confiança na possibilidade de vitória sem confrontos. As duas primeiras áreas escolhidas para ocupações estavam em vias de desapropriação pelo INCRA.³⁰ Como as chances da conquista eram boas, o Movimento poderia passar confiança às outras famílias em ocupações futuras.

Em um estudo sobre o surgimento do MST em Pernambuco, a antropóloga, Lygia Sigaud, notou que as famílias optavam em entrar no Movimento por uma crença de que poderiam ter um futuro melhor. Aponta ainda que tal crença foi se consolidando à medida que as terras ocupadas eram desapropriadas, aumentando assim a confiança das pessoas de que poderiam conquistar um pedaço de terra (SIGAUD, 2005).

Apesar da vontade, D. Eulália não confirmou à Toinzinho que iria, pois queria que o marido a acompanhasse e ele estava trabalhando na roça. Conseguiu que falassem com ele, que se interessou e foi para Itabela participar da ocupação. Nesse ínterim, à pedido de Toinzinho, D. Eulália ficou com a função de convidar famílias que tivessem interesse em ocupar uma terra. Assim o fez, como contou: “A gente conseguiu reunir muitas mulheres. E tinha um grupinho do salão comunitário num Bairro de Itabela, que era onde a gente se reunia. Salão comunitário da Igreja.”.³¹ Na madrugada do dia 7 de setembro, D. Eulália partia para sua primeira ocupação de terra no fundo de uma caçamba cheia de mulheres. Saíram de Itabela 6 caminhões e 8 caçambas lotadas de pessoas e seus pertences.³²

Foram cerca de 600 famílias, oriundas de 8 municípios da região, que participaram da primeira ocupação do MST na Bahia e Nordeste. A área ocupada era conhecida como

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ Entrevista com Ademar Bogo, realizada em 11/01/2016, na cidade de Teixeira de Freitas.

³¹ *Ibidem*.

³² *Ibidem*.

Projeto 4045, tendo cerca de 5.100 hectares.³³ A terra pertencia à Flonibra, empresa do *agrobusiness*, vinculada ao setor de papel e celulose, que foi criada em associação da estatal Vale do Rio Doce e da privada japonesa *Japan Brasil Pulo Resources Development Co.* (PEDREIRA, 2008). Em meados da década de 1970, a empresa teria ocupada uma área de cerca de 150 mil hectares, no extremo sul baiano, com incentivos dos governos estadual e federal. Desde então, estava envolvida em conflitos de terra com posseiros, situação que se tornou comum na região com o aparecimento do fenômeno da grilagem em larga escala.³⁴

Das nossas três personagens, D. Luza foi a única a ficar satisfeita com a terra ocupada. Conta que na mesma semana da ação, foi erguido no acampamento um barracão provisório com três ambientes, que seria uma escola provisória. Seus filhos iam poder estudar.³⁵ Já D. Eulália confessou que, ao chegar naquela terra cheia de eucaliptos em volta, não gostou. Veio a crise, pois não queria ficar, mas ao mesmo tempo, muitas pessoas tinham ocupado a terra por sua influência. Acabou voltando para casa. Passados alguns dias, se arrependeu e foi à residência das freiras, que intermediaram a sua volta. Ficou acampada com o marido no Projeto 4045, até que foram para a segunda ocupação, o Riacho das Ostras.³⁶

D. Maria Soares também teve seu dilema no Projeto 4045. Seu marido que aceitou acompanhá-la, não gostou da terra. Ela tinha a mesma opinião, mas não podia externar. Somado a isso, os militantes do MST queriam que ela ficasse na área, possivelmente para assumir alguma função de coordenação no futuro assentamento. Mesmo com esse impasse individual, ela foi seguindo. Participou dos preparativos da segunda ocupação. A fazenda estava cercada por pistoleiros e a missão dela era pegar um transporte que passava pela área todos os dias até perceber a ausência deles.³⁷ Sem os pistoleiros, no dia 5 de dezembro, 120 famílias, oriundas do acampamento do Projeto 4045, ocuparam a fazenda Riacho das Ostras. (FENANDES, 1999; SANTOS 2004). Assim como D. Eulália, D. Maria Soares ficou acampada lá.

Não houve despejo das famílias em nenhum dos dois acampamentos.³⁸ A condição de serem terras em processo de desapropriação facilitou as coisas. Porém, essas mulheres e as

³³ Jornal Sem Terra, nº 67, out de 1987.

³⁴ *Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Grilagem na Bahia*: depoimento de Dom Jairo Rui Matos da Silva (CPT NE III), 01/09/1977.

³⁵ Entrevista com D. Luza, realizada em 06/01/2016, no Assentamento Projeto 4045.

³⁶ Entrevista com D. Eulália, realizada em 04/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

³⁷ Entrevista com D. Maria Soares, realizada em 04/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

³⁸ No Riacho das Ostras, houve alguns conflitos com a Companhia Madeireira de Itamaraju, que era a antiga proprietária e, mesmo com acampamento, continuava retirando madeira do local. O processo de desapropriação da área se arrastou até 1998. O Projeto 4045 aconteceu em 1987. Cf. Santos (2004).

outras trabalhadoras e trabalhadores perceberam, cada uma a seu tempo, que a decisão de entrar no MST não implicava somente em ocupar a terra. A permanência no acampamento também era tarefa das mais árduas. Sobre esse período de acampada, D. Maria Soares relembrou:

No começo, conseguiu umas cestas básicas para o pessoal. Só que tinha muita gente e o alimento que eles arrumavam era muito pouco pra o tanto de gente que tinha. Tinha aquelas divisão de uma lata de óleo pra dez pessoas, de um pacote de café pra dez pessoas, cada um tinha que ter uma colher de cada coisa. Só aquela coisa mesmo pra não ficar sem nada.³⁹

Já na memória de D. Eulália, é bem presente o sofrimento do período: “pra ficar em área de Reforma Agrária, [...] tem que ter vontade de ter um pedaço de terra e não poder comprar ela. Porque é muita luta, é muito sofrimento.”⁴⁰ Embora mencionem o sofrimento e o racionamento de alimentos, D. Maria e D. Eulália não tratam explicitamente da questão da fome, que apareceu na fala de outras pessoas que tive a oportunidade de entrevistar, como veremos adiante. Talvez não tenham vivenciado isso na própria pele, mas certamente seus olhos testemunharam. Não deve ser fácil tratar de um tema como esse, até porque geralmente a intenção de seus depoimentos é passar uma mensagem positiva da sua história e do MST. Para tanto, opera-se uma seleção dos fatos expostos em suas narrativas, bem como um cuidado na abordagem de temas sensíveis. Essa deve ter sido a razão da omissão.

O Firmamento

Cerca de três meses após a ocupação do Riacho das Ostras, em 13 março de 1988, 1300 famílias ocuparam a fazenda Bela Vista no município de Itamaraju. O seu dono era Eraldo Lemos, que havia sido deputado federal pela ARENA, entre 1971 e 1975 e, no momento, era suplente de Senador pelo PDS sergipano.⁴¹ Tratava-se de pessoa poderosa. A ação do MST teve por consequência a união de boa parte dos grandes proprietários de terra da região extremo sul por meio da União Democrático Ruralista (UDR). A entidade passou a pressionar o poder público pelo despejo das famílias, que veio a ocorrer em 16 de março de 1988.⁴²

³⁹ *Ibidem*.

⁴⁰ Entrevista com D. Eulália, realizada em 04/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

⁴¹ *Jornal O Estado de São Paulo*. Fazendeiros ameaçam expulsar os sem-terra, São Paulo, 16/03/1988.

⁴² *Telegrama da Executiva Nacional do MST para o Secretariado Nacional da CPT*, São Paulo, 16/03/1988.

As famílias foram levadas em caminhões para vários municípios da região. Diante da situação, os freis Chico e Dílson, que coordenavam o Seminário dos Capuchinhos da Igreja Católica na cidade de Itamaraju, ofereceram uma área para as famílias se instalarem provisoriamente (FERNANDES, 1999). Dois dias após o despejo, o MST conseguiu audiência com o governador Waldir Pires. Tensionado por ambos os lados, ele se comprometeu a pressionar o Ministério Especial da Reforma Agrária (MIRAD) para que as famílias que estavam no Seminário fossem assentadas em até 90 dias.⁴³

O prazo se esgotou em 18 de junho de 1988, mas Waldir solicitou ao MST que esperasse até o dia 30 deste mês. Não tendo resposta satisfatória novamente, o Movimento organizou um ciclo de três ocupações nas fazendas Boa Esperança, Vale do Rio Doce e Reunidas Corumbau, entre os dias 30 de junho e 3 de julho de 1988.⁴⁴ As duas últimas propriedades ficavam próximas uma da outra, mas bem distante dos centros urbanos. Para chegar à essas áreas era preciso pegar uma péssima estrada de terra por cerca de 50 km. A decisão de ocupar fazendas distantes se deu para dificultar ações de despejo, como ocorrera na fazenda Bela Vista.⁴⁵

D. Lia, quarta personagem desta história, e sua família ocuparam a fazenda da Vale do Rio Doce que se tornou acampamento Modelo. Após 2 meses, foram para o acampamento da Reunidas Corumbau. A estratégia familiar para resistir no período de acampamento era seu marido ficar trabalhando fora para enviar alimentação enquanto D. Lia ficaria com os filhos se virando como podia. No entanto, os planos esbarraram na grande distância do acampamento para a cidade. Quase não havia transporte disponível e as trabalhadoras e trabalhadores sem terra ainda tinham que enfrentar o preconceito quando pediam carona na estrada, como contou D. Lia: “A gente quando pedia uma carona, quando falava que era os sem terra: [...] ‘Deus me livre, lá vem um bocado de invasores’. Aí deixava nós”.⁴⁶

Para superar a dificuldade, ela foi trabalhar em uma fazenda vizinha ao acampamento. Sua rotina era penosa, como podemos perceber em suas palavras:

A gente ia trabalhar, saía cedo de manhã, sem tomar um café, trabalhava até meio dia. Quando dava meio dia, ele chamava a gente: ‘Tá na hora’. Aí nós ia em casa não tinha nada pra comer, eu ficava por ali, aí chamava meu menino: ‘Bora, meu filho de novo’. Aí a gente ia pra roça. Quando era de tarde, eu falava com ele pra me vender uma batata, pra descontar no

⁴³ *Jornal Sem Terra*. Arrancamos a máscara do governo, São Paulo, nº 71, mar. 1988.

⁴⁴ *Jornal Sem Terra*. Resistindo na terra, São Paulo, nº 75, jul. 1988.

⁴⁵ Entrevista com Ademar Bogo, realizada em 11/01/2016, na cidade de Teixeira de Freitas.

⁴⁶ Entrevista com D. Lia, realizada em 05/01/2016, no Assentamento Corumbau.

dinheiro, [...] pra gente jantar. É que ele ia lá tirava a batata e a gente trazia. Era a janta da gente. De manhã, a mesma peleja, de novo assim.⁴⁷

A lembrança da dureza das condições na época de acampamento é muito presente na memória de D. Lia. Na verdade, em seu depoimento ela revelou certa mágoa da direção política do MST, pois, há anos atrás, seu marido sofreu um acidente de moto, e, na sua opinião, ele não teria recebido uma assistência adequada. Por isso, em sua narrativa, se sobressaíram elementos que tratam da penúria na luta pela terra. Como podemos ver em seu relato: “A gente passava fome. A gente saia pra pescar, até já desmaiei na beira do rio, de fome”.⁴⁸ Esta situação sofrida foi responsável, segundo ela, pela desistência de muitas pessoas na época de acampamento, pois “a fome era demais”.⁴⁹ A morosidade do poder público com a reforma agrária cobrava seu preço que era pago com o sofrimento das trabalhadoras e trabalhadores sem terra.

A situação da família de D. Lia foi sendo superada quando foram divididos os lotes de terra entre as famílias acampadas para que começassem a trabalhar, provavelmente entre agosto e setembro de 1988.⁵⁰ Tendo a posse de uma área, as condições dela melhoraram, como descreveu:

a gente mudou pra área que melhorou mais um pouquinho. Que a gente já começou a limpar e plantar as maniba [...] E começamos a já tirar umas coisinhas da roça e os menino levar pra praia, lá pra o Corumbau pra trocar. A gente trocava as coisas da roça ni peixe, trocava ni óleo.⁵¹

D. Lia tinha experiência na lida com a terra. Nasceu em Montanha - Espírito Santo, e passou parte de sua vida trabalhando para fazendeiros, sua família nunca teve uma terra. Ao passar a ter o próprio lote, ela sabia como conseguir o sustento junto com os filhos. Embora as famílias já tenham ocupado lotes de trabalho desde 1988, o decreto de desapropriação da fazenda só veio em outubro de 1996 (SANTOS, 2004).⁵²

Em fevereiro de 1989, ocorreu um novo ciclo de ocupações do MST, entre os dias 11 e 20 de fevereiro, nas fazendas Sapucaieira, Revesa e Três Irmãos. A fazenda Sapucaieira

⁴⁷ *Ibidem.*

⁴⁸ *Ibidem.*

⁴⁹ *Ibidem.*

⁵⁰ *Jornal Sem Terra*. Três ocupações e união contra a UDR, São Paulo, nº 76, set. 1988.

⁵¹ Entrevista com D. Lia, realizada em 05/01/2016, no Assentamento Corumbau.

⁵² D. Lia mora com sua família até os dias de hoje no Assentamento Corumbau. A fazenda Vale do Rio Doce ainda continua como acampamento Modelo. O território não foi desapropriado, pois uma parte dele é área devoluta e a outra passou às mãos da empresa Vera Cruz Celulose. Já na fazenda Boa Esperança, também citada, ocorreram alguns despejos e reocupações até 1989, mas não foi desapropriada. Cf. Santos (2004).

pertencia ao deputado estadual do PMDB, Jaime Mascarenhas. A informação de que ela seria ocupada foi vazada e a polícia conseguiu armar um considerável aparato repressivo para evitar a ação. Na ocasião cerca de 90 pessoas foram presas.⁵³

D. Maria Soares, nossa personagem da seção anterior, foi uma das encarceradas. Ela ficou em uma cela com mais três mulheres. D. Maria lembrou das ameaças que elas sofreram do comandante da operação, o tenente Berlink, na condição de mulheres: “Que nem eu até falei, dei uma entrevista e dou até hoje, que ele falou de estuprar a gente, o Berlink. [...] Aquele foi o pior dos policial.”⁵⁴ Felizmente, isso não ocorreu.

Em 9 de março, veio a segunda tentativa de ocupar a Sapucaieira. Dois dias depois do acampamento armado, cerca de 90 homens, entre policiais civis, militares e pistoleiros ligados à UDR, sob o comando do tenente Berlink e o delegado de Itamaraju, Antônio Batista, executaram o despejo de 120 famílias que estavam acampadas no local.⁵⁵ D. Neuza, nossa quinta personagem, estava presente e relatou a violência do despejo:

Eles derrubava o barraco da gente, botava fogo, queimava a roupa da gente, queimava tudo. Inclusive, eles chegaram meio-dia, algumas pessoas tava almoçando outras tavam com a panela no fogo, eles derramaram panela de comida e prato de todo mundo. E foi batendo e saiu já batendo em todo mundo.⁵⁶

Expôs D. Neuza, que nem as mulheres grávidas escaparam da violência praticada por policiais e pistoleiros. Jaime Amorim, uma das lideranças do MST, foi duramente torturado na ocasião.⁵⁷ Para D. Neuza, trabalhadora sem terra, esta não era a primeira vez que vivenciava a violência dos grandes proprietários rurais. Quando era criança, a terra de seu pai foi grilada por um fazendeiro. Ao tentar resistir, os jagunços lhe deram um corte de foice que lhe “separou a barriga e as tripa caíram”.⁵⁸ Seu pai carregou esta cicatriz por toda a vida. Sua mãe também tinha uma terra, que foi apropriada por um fazendeiro, chamado Zezé Capixaba. Ele negociou a venda da roça com o irmão de D. Neuza, em troca de uma porca e um paletó de casamento. Depois de ter entregue o prometido, Zezé Capixaba foi ao encontro de sua mãe, que se negou a sair da terra diante da vil negociação. Ele então ameaçou matar o irmão dela.

⁵³ *Carta da Direção Nacional do MST à CPT, São Paulo, 13/02/1989.*

⁵⁴ Entrevista com D. Maria Soares, realizada em 04/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

⁵⁵ *Depoimento de Jaime Amorim sobre torturas sofridas (praticadas pela Polícia Militar, Polícia Civil e pistoleiros da UDR, em Itamaraju, Bahia), São Paulo, 21/03/1989.*

⁵⁶ Entrevista com D. Neuza, realizada em 28/06/2015, no Assentamento 1º de abril.

⁵⁷ *Ibidem.*

⁵⁸ *Ibidem.*

Para evitar o pior, a família se viu obrigada a deixar a propriedade. Além de seus pais, seu avô também teve uma roça que fora tomada por grileiros.⁵⁹ A história de sua família era marcada pela expropriação.

Por conta dessas intempéries da vida, viu-se na condição de sem-terra e foi morar na cidade de Itamaraju. Dentre os trabalhos que teve, o de doméstica parece ter sido o pior. D. Neuza tem péssima lembrança da opressão que sofria, como relatou: “A pior coisa é trabalhar pra os outros. A minha vontade era essa: parar de trabalhar pra os outros. Eu trabalhei muito na casa de pessoas assim, doméstica, né. [...]. Tem que comer resto do patrão.”⁶⁰

Na época em que soube da chegada do MST, ela tinha uma barraca na feira livre de Itamaraju, onde vendia produtos agrícolas. Sua irmã fez o convite para que ela participasse das reuniões, que estavam ocorrendo clandestinamente para evitar a repressão. Após frequentar alguns encontros, os militantes do MST a chamaram para que ela ajudasse no trabalho de base com outras famílias. Nesse processo, ela foi se tornando uma das militantes do MST em Itamaraju e veio a participar da ocupação da fazenda Sapucaieira.⁶¹

Ela, junto com 500 famílias, voltaram a ocupar a fazenda pela terceira vez, em primeiro de abril de 1989. As violências cometidas no despejo anterior tiveram grande repercussão internacional, a ponto de organismos, como ONU e Anistia Internacional, pressionarem o governo brasileiro para a resolução da situação das famílias. Diante da nova circunstância, a classe patronal evitou ação de despejo.⁶² Por outro lado, o governo da Bahia se empenhou no caso. Após averiguação, constataram que se tratava de terra pública que fora grilada. O deputado Jaime Mascarenhas ainda havia pego um polpudo empréstimo no BNDES, mas nada investiu na área. Estava inadimplente e foi acionado (NETO, 2014). A fazenda foi desapropriada. As experiências dos conflitos foram tão marcantes para as famílias que elas batizaram o assentamento de 1º de abril, data da última ocupação.⁶³

Que sentidos as trabalhadoras e trabalhadores rurais teriam dado a esta vitória na época? Não temos condições de responder pelas fontes que acessamos. No entanto, possuímos o depoimento de D. Neuza, vejamos dois trechos de sua fala abaixo:

Porque meus pais tinham terra, e aí, os fazendeiros tomaram na época. Aí a nossa vontade era de retribuir, né... [risos] Pegar de volta o que a gente tinha

⁵⁹ *Ibidem.*

⁶⁰ *Ibidem.*

⁶¹ *Ibidem.*

⁶² *Jornal A Tarde.* Famílias invadem fazendas, Salvador, 04/04/1989; *Jornal do Brasil.* Sem-terra ocupa prédio do governo, Rio de Janeiro, 05/04/1989.

⁶³ Entrevista com D. Neuza, realizada em 28/06/2015, no Assentamento 1º de abril.

perdido no passado. Os pais da gente, muitos, na época, morreram porque os fazendeiros tomaram as terras. E nós acabamos indo pra cidade, mas nossa vontade era voltar pra terra.⁶⁴

Eles tomaram as fazendas. Aí nós já chegamos sem terra. Aí já que somos sem terra, vamos ocupar terra por aí.⁶⁵

Em sua memória, ela procura reconstituir sua história de vida a partir de um fio condutor lógico entre os episódios vividos por sua família e sua condição de sem terra. Ou seja, a estruturação de seu depoimento se relaciona, de algum modo, com a construção de sua identidade sem terra. Já mencionamos a relação entre memória e identidade social na Introdução (POLLACK, 1992). Por outro lado, percebe-se certo regozijo de quem foi expropriada pelo latifúndio, mas conseguiu dar o troco.

Considerações finais

Na Bahia, entre maio e dezembro de 1989, o MST ocupou cerca de oito fazendas em quatro regiões: extremo sul, sul, baixo sul e litoral norte. Além das dezenas de ocupações e da expansão para outras regiões da Bahia, entre os anos de 1987 e 1989, o MST conquistou um assentamento e formou militantes do próprio estado. Em outras palavras, havia se estabelecido no estado. No alvorecer da década de 1980, o Movimento estava presente em todo os estados do Nordeste. Havia conseguido se expandir, já não era um movimento social restrito aos estados do centro-sul do Brasil.

As mulheres que apresentamos ou nasceram ou tiveram uma experiência ainda cedo de vivência no campo. Como sugerem seus depoimentos, acreditavam que a melhoria de suas condições de vida poderia se dar possuindo sua própria terra, como era o sonho de D. Eulália e dos filhos de D. Luza. Seja por voltar a morar na zona rural, como desejou D. Maria, ou mesmo para não precisar trabalhar mais para os patrões, como colocou D. Neuza. A maioria delas foi decisiva na opção de suas famílias em participar das ocupações do MST. Suportaram a fome e foram responsáveis pelo sustento de suas famílias, como nos contou D. Lia.

Mesmo sendo a direção política do MST predominantemente masculina, essas mulheres deram sua contribuição a este movimento social, enfrentando as violências, o encarceramento e sendo responsáveis por outras tantas famílias que optaram por entrar no

⁶⁴ *Ibidem.*

⁶⁵ *Ibidem.*

Movimento. De modo que é possível dizer que sem o protagonismo destas e outras tantas mulheres, não seria possível o desabrochar do MST em solo baiano.

Fontes

Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. Caixa 31: Pastoral da Criança e Pastoral da Terra 1983 a 1990; Maço Comissão Pastoral da Terra os posseiros do Extremo Sul da Bahia 1979 a 1990. *Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Grilagem na Bahia: depoimento de Dom Jairo Rui Matos da Silva (CPT NE III)*, 01/09/1977.

Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. *Carta da Direção Nacional do MST à CPT*, São Paulo, 13/02/1989.

Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. *Depoimento de Jaime Amorim sobre torturas sofridas (praticadas pela Polícia Militar, Polícia Civil e pistoleiros da UDR, em Itamaraju, Bahia)*. São Paulo, 21/03/1989.

Jornal O Estado de São Paulo. Fazendeiros ameaçam expulsar os sem-terra, São Paulo, 16/03/1988.

Jornal Sem Terra, nº 67, out de 1987.

Jornal Sem Terra. Arrancamos a máscara do governo, São Paulo, nº 71, mar. 1988.

Jornal Sem Terra. Resistindo na terra, São Paulo, nº 75, jul. 1988.

Jornal Sem Terra. Três ocupações e união contra a UDR, São Paulo, nº 76, set. 1988.

Jornal Sem Terra. Somente os trabalhadores farão a reforma agrária, São Paulo, nº88, out. 1989.

Jornal A Tarde. Famílias invadem fazendas, Salvador, 04/04/1989; *Jornal do Brasil*. Sem-terra ocupa prédio do governo, Rio de Janeiro, 05/04/1989.

Entrevista com D. Maria Soares, realizada em 04/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

Entrevista com Ademar Bogo, realizada em 11/01/2016, na cidade de Teixeira de Freitas.

Entrevista com D. Luza, realizada em 06/01/2016, no Assentamento Projeto 4045.

Entrevista com D. Eulália, realizada em 04/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

Entrevista com Celso Favero, realizada em 16/10/2016, na sede do CEAS em Salvador.

Entrevista com D. Lia, realizada em 05/01/2016, no Assentamento Corumbau.

Entrevista com D. Neuza, realizada em 28/06/2015, no Assentamento 1º de abril.

Referências Bibliográficas

- BECKER, Jean-Jacques. O handicap do a posteriori. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 27-32.
- CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo. Notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRRJ, n. 2, junho, p. 11-22, 1994.
- DREIFUSS, René. **O Jogo da Direita**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST (1979-1999)**. Tese de Doutorado em Geografia. São Paulo: USP, 1999.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- GRYSZPAN, Mario. A questão agrária no Brasil pós 1964 e o MST. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 4, 2003, p. 315-348.
- GONÇALVES, Renata. (Re)politizando o conceito de gênero. A participação política das mulheres no MST. **Mediações**. Londrina: Mediações, v. 14, n.2, jul/dez, p. 198-216, 2009.
- KOOPMANS, Pe. José. **Além do Eucalipto**. O papel do Extremo Sul. Salvador: Memorial das letras, 1999.
- MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. Apresentação. In: _____. **Formas de resistência camponesa**. Visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo/ Brasília: UNESP/NEAD, 2008, p. 7-15.
- NETO, Euclides. **Trilhas da reforma agrária**. Salvador: EDUFBA, 2014.
- PEDREIRA, Márcia da Silva. Complexo Florestal, desenvolvimento e reconfiguração do espaço rural. O caso da Região do Extremo Sul baiano. **Bahia Análise e Dados**. Salvador: SEI, v. 13, n. 4, março, p. 1005-1018, 2004.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 5, n. 10, p. 200-12, 1992.

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, p. 3-13, 1989.

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres Rurais. Tecendo novas relações e reconhecendo direitos diretos. **Estudos Feministas**. Florianópolis: vol. 15, n. 2, mai/ago, p. 437-443, 2007.

SANTOS, Jeane Santos e. **O processo de Territorialização do MST no Projeto de Assentamento Eldorado a partir da sua Espacialização no estado da Bahia**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Salvador: UFBA, 2004.

SIGAUD, Lygia. As condições de possibilidades das ocupações de terra. **Tempo Social**. São Paulo: USP, vol. 17, n. 1, junho, p. 255-80, 2005.

_____. Uma saga pernambucana. In: SIGAUD, Lygia; ERNANDEZ, Marcelo; ROSA, Marcelo. **Ocupações e acampamento: estudo comparado sobre a sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamoud, 2010, p. 267-322.

SILVA, Cristiani Bereta da. Relações de gênero e subjetividades no devir MST. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: vol. 12, n. 1, jan/abr, p. 269-287, 2004.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a Trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). **Estatística dos municípios baianos**. Salvador: SEI, 2010.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. São Paulo: vol. 1, Paz e Terra, 2004.

_____. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.